

Museu Antropológico da UFG e o projeto integracionista da Nação: salvemos os objetos para os povos não se “perderem”¹

Gustavo de Oliveira Araújo

(MA-PPGAS-UFG)

Palavras-chave: museu – coleções – Nação

O objetivo dessa comunicação é pensar a possível relação entre a criação do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA/UFG) com algumas ideias de políticas indigenistas em curso no Brasil, desde a década de 1930, bem como pensar a constituição de acervos e de coleções como desdobramentos destas políticas voltadas para os povos indígenas do Brasil central.

Se recuarmos um pouco na história da criação dos museus etnográficos no Brasil perceberemos que, do seu “nascimento” no século XIX até chegar aos dias de hoje, seu histórico é um tanto marcado por questões que de alguma maneira foram relevantes na história da eminente Nação, como por exemplo a vinda da família real em 1808 e que resultou na criação do Museu Nacional (MN), ou os vários museus que foram criados no Governo Vargas (1930-1945) e também aqueles criados durante o Governo Militar (1964-1985). Às vezes de maneira mais incisiva, às vezes de maneira mais sutil, o fato é que a fundação de instituições museológicas no Brasil sempre esteve atrelada ao curso dos rumos políticos pelas quais o país passava.

Os primeiros museus etnográficos do Brasil, a saber: Museu Nacional (MN) no Estado do Rio de Janeiro, fundado em 1808²; Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), fundado em 1866; e Museu do Ipiranga em São Paulo (posteriormente nominado de MAE), fundado em 1894, datam do século XIX e tem em comum a prática de uma Antropologia de forte cunho evolucionista e de alguma forma são concebidos como marcos da criação de instituições de pesquisas no Brasil. Para alguns

¹ Trabalho apresentado na 30^a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² O Museu Nacional foi criado em 1808 mas só atinge seu auge a partir de 1870, ladeado, assim, pelo Museu do Ipiranga e o Museu Paraense Emílio Goeldi como referências de museus etnográficos brasileiros no século XIX.

historiadores tais instituições só alcançarão a maturidade institucional a partir da década de 1870.

Segundo a historiadora Lilian Moritz Schwarcz,

o final do século XIX viu florescer uma série de museus etnográficos, profundamente vinculados aos parâmetros biológicos de investigação e a modelos evolucionistas de análise. É a partir dessa perspectiva que se compreenderá a instalação e desenvolvimento dos primeiros museus etnográficos brasileiros, bem como o debate que estabeleceram com os demais centros de ensino que nessa mesma época atuavam no país. (SCHWARCZ, 1993, p.67)

Em outro texto, mas seguindo a mesma temática, Schwarcz pondera que,

se os museus demorarão a alcançar a maturidade, pode-se dizer que a partir de 1890 se dá o apogeu quando se estabelecem normas e padrões de funcionamento. Aos poucos transformam-se em depósitos de cultura material, submetida a uma **lógica evolutiva** (grifo meu). Assim, se os primeiros museus são uma criação do Iluminismo, os estabelecimentos etnográficos remontam o período de refluxo do imperialismo europeu. (2005, p. 125)

Ou seja, seguindo na esteira da lógica colonial, se na Europa os primeiros museus surgem como marco comemorativo e como lugares de memória (NORA, 1993), tendo em vista a celebração do imperialismo, nos países colonizados os museus etnográficos são, antes de tudo, um “laboratório racial” (SCHWARCZ, 2005), um ambiente de caráter eminentemente biologizante. A criação de museus etnográficos no Brasil atendia por um lado a uma demanda de naturalistas, biólogos, cientistas naturais, botânicos e por fim, mas não menos importante, antropólogos que lidavam com a antropologia física. Vale ressaltar que a maioria destes profissionais eram estrangeiros que vinham ao Brasil com o intuito de desenvolverem pesquisas que, muitas das vezes, eram patrocinadas por outros museus, europeus³ e estadunidenses.

³ Se fizermos um levantamento das produções etnográficas acerca dos povos indígenas que habitam a região central do Brasil, perceberemos que majoritariamente se trata de textos elaborados por antropólogos e naturalistas alemães ou que estavam de alguma forma vinculados às instituições alemãs, a exemplo de Fritz Krause, Karl von den Stein e Paul Erenreich.

A ênfase dada numa perspectiva evolucionista fará seu rastro até a primeira metade do século XX, quando se tem uma remodelação na maneira como os museus etnográficos atuam. A partir da década de 1920, sob influência da Antropologia Boasiana, de viés culturalista, os museus etnográficos passam a enfatizar a cultura material como representante inquestionável dos povos originários. Se por um lado se percebeu um avanço nas concepções acerca das alteridades, deixando um pouco de lado o enfoque evolucionista, “questionando a ideia de fixidez das raças” (idem, p.133), por outro se nota um enfoque crescente na cultura material enquanto representante incontestada da(s) cultura(s) estudada(s).

Se ao final do XIX e início do XX tem-se preocupação com estudos naturalistas e com instituições que de alguma forma “elevassem” a jovem Nação ao status de moderna, após o primeiro quarto do século passado mantém-se a preocupação com a Modernidade e começa a se pensar nos possíveis, mas não plausíveis, desaparecimentos das populações nativas.

Acerca dessa “retórica da perda”, o antropólogo José Reginaldo Gonçalves argumenta que

diferentes modalidades de objetos , na forma de “coleções”, vieram a ser apropriadas e visivelmente dispostas nos modernos museus ocidentais e em instituições similares, com o propósito de representar categorias sociais e culturais tais como primitivo/civilizado, passado/presente, exótico/familiar, cultura popular ou cultura de massa/cultura erudita, cultura estrangeira/cultura nacional, etc.. Essas práticas de colecionamento e exposição respondem ao desafio de salvar esses objetos do desaparecimento, transformando-os em coleções representativas do sistema de oposições e correlações em que se inserem essas categorias. (GONÇALVES, 1996, p.22)

Nesse sentido, uma nova leva de instituições de caráter etnográfico aparecerá para dar conta de “salvar” o que estava prestes a desaparecer. Ou seja, o discurso de então era: salvemos os objetos para preservar os povos, já que estes em breve não existirão. O mote de muitos profissionais que atuarão em tais instituições passou a ser: preservar para não perecer! De algum modo a criação do MA/UFG em 1969 “responderá” esse anseio “preservacionista”.

Com o início da década de 1930 o Brasil entra numa nova era dos museus. Com o advento do governo de Getúlio Vargas,

uma forte política de museus nacional é implantada, privilegiando temas como o Ouro, as Missões, a inconfidência, etc., constituindo os primeiros museus monográficos brasileiros e consolidando a intervenção estatal na área da cultura. (CÂNDIDO, 2013, p. 39)

Nesse momento histórico o Brasil ainda está passando por um processo de afirmação de suas bases nacionais e se consolidando enquanto Nação recém independente⁴. Quanto a esse último dado, o Brasil segue no fluxo juntamente com outros países latino-americanos que acabavam de sair do domínio das coroas ibéricas e buscavam formas e modelos de se tornarem Nações independentes e modernas. É na esteira da “modernidade” ou do discurso acerca da modernidade que os museus ganham atenção e começam a serem consolidados.

Márcia Cristina Rosato, diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR), aponta alguns desdobramentos da política varguista e seu ensejo por uma cultura que estivesse a serviço da Nação. Para a autora,

é importante lembrar que as condições para a criação de museus como o MAAP⁵ se construíram a partir do chamado Estado Novo (1937 - 1945), quando Getúlio Vargas governou o país de forma autoritária, após um golpe de Estado. Fazia parte de sua política a afirmação de um ideário nacionalista que estabelecesse políticas nacionais também na área da educação e da cultura, reforçando a unidade da sociedade brasileira. Esse período e contexto alavancaram a preocupação salvacionista com relação ao patrimônio cultural brasileiro. (ROSATO, 2012, p.62)

A vontade de ser uma Nação moderna, que tivesse em seu bojo intuições que de alguma forma representassem o ideal de modernidade europeia, mais especificamente o ideal de modernidade francesa - tão em voga e tão influente em terras latino americanas -, somada a uma perspectiva integracionista em relação às populações indígenas e, por conseguinte, a uma prática salvacionista de tudo aquilo que havia de se “perder” relacionado a estes povos, formam o tripé que sustenta a constituição de vários museus etnográficos no Brasil bem como a criação de órgãos como o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

⁴ Embora a independência do Brasil tenha se dado em 1822, há mais de um século do Governo Vargas, é sabido que tanto o Brasil como os demais países latino-americanos findaram o século XIX e iniciaram o século XX com o claro objetivo de estabelecerem as bases institucionais que comporiam o Estado-Nação.

⁵ Antes de se chamar MAE (Museu de Arqueologia e Etnologia), o museu etnográfico gerido pela Universidade Federal do Paraná se chamava MAAP (Museu de Arqueologia e Artes Populares do Paraná)

Para a museóloga Manuelina Duarte Cândido, “entre 1964 e 1980, ocorre uma multiplicação de museus pelo interior do país, bastante associada ao modelo de Museologia de Gustavo Barroso, de culto à Nação e à Independência Nacional”. (2013, p.40). É na perspectiva de culto à Nação somada à “retórica da perda”, principalmente, que o MA lança as suas bases enquanto instituição museológica. Soma-se a esses dois pressupostos o fato de a Universidade carecer de um centro de pesquisas onde antropólogos e arqueólogos pudessem desenvolver suas atividades. Assim sendo, em setembro de 1970 o MA abre suas portas para a academia e para o público em geral.

O Museu Antropológico (MA) é um órgão suplementar da Universidade Federal de Goiás (UFG), vinculado atualmente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), – antiga Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG). Trata-se de uma instituição museal, pública e sem fins lucrativos, que se destina à coleta, inventário, documentação, preservação, segurança, exposição e comunicação de seu acervo. A sua criação data de junho de 1969 e está inserida dentro de um projeto político nacional para a educação brasileira desenvolvido nos primeiros anos do Governo Militar (1964 – 1985). Tal projeto em questão foi a Reforma Universitária de 1968, decretada pela Lei 5.540⁶ de 28 de novembro de 1968, que assim diz em sua abertura: “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”. É fundamentada nessa organização do ensino superior, regulamentada pela lei 5.540, que a UFG postulará a criação do Museu.

Sem entrar nos pormenores do que a Reforma representou para as Universidades brasileiras, pontuo duas “inovações” que dela resultou e que, imagino, tenham relação direta com a criação do MA/UFG. Trata-se do aumento de programas de **extensão** e da maior interação entre **ensino** e **pesquisa**, os três pilares sobre os quais a Universidade Pública no Brasil está erigida. Para além destas duas características destacadas, pontuo o que traz o parágrafo terceiro do artigo onze da referida lei, em que diz: “o departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e compreenderá disciplinas afins”. Esse dado sobre o qual versa a citação acima se relaciona, ainda que indiretamente, com a criação do MA/UFG uma vez que, os

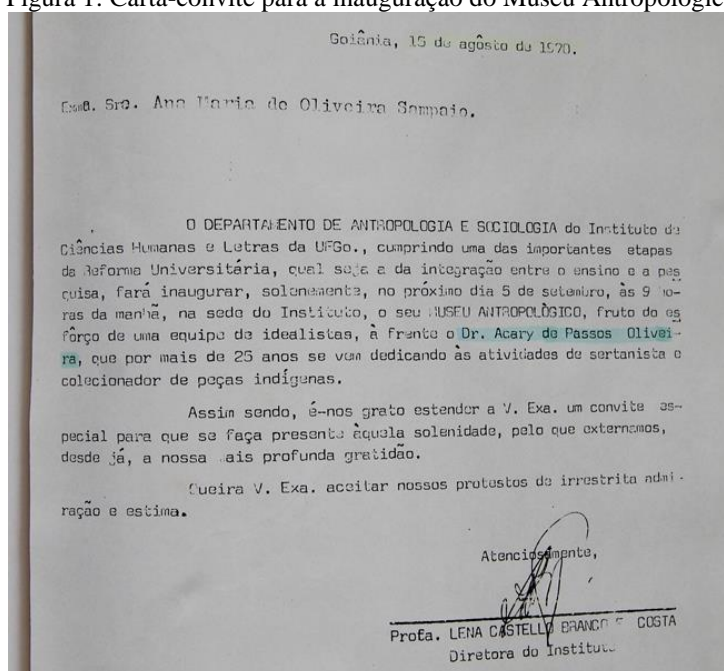
⁶ A Lei foi concebida dentro do Acordo MEC-USAID. Tal acordo incluiu série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os convênios, conhecidos como acordos MEC/USAID, tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária

profissionais que estiveram intimamente vinculados com a criação do museu eram ligados ao Departamento de Antropologia e Sociologia (DAS) do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), e o DAS é fruto direto da Reforma Universitária, sendo “a menor fração da estrutura universitária” de então.

Conforme informações contidas em uma carta-convite do dia 15 de agosto de 1970, enviada pela então diretora do ICHL - professora Lena Castello Branco F. Costa – à Ana Maria de Oliveira Sampaio, convidando esta para a solenidade de inauguração do Museu, percebe-se que o órgão é produto da Reforma Universitária. No texto (figura 1), a professora assim diz:

cumprindo uma das importantes etapas da Reforma Universitária, qual seja a da integração entre o ensino e pesquisa, fará inaugurar, solenemente, no próximo dia 5 de setembro, às 9 horas da manhã, na sede do Instituto, o seu MUSEU ANTROPOLÓGICO.

Figura 1: Carta-convite para a inauguração do Museu Antropológico



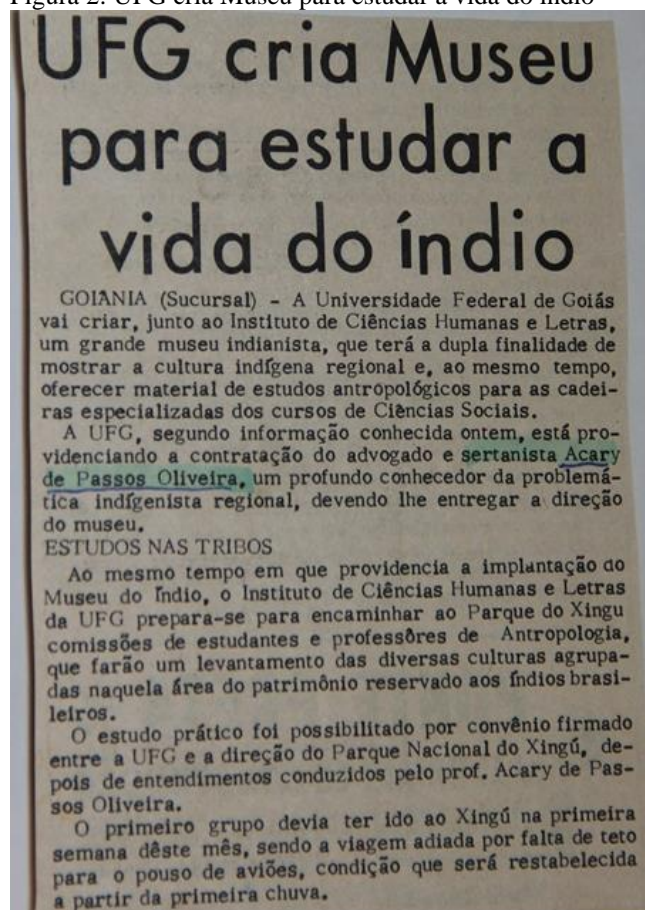
Fonte: Acervo Acary de Passos Oliveira. Museu Antropológico, 2016.

O Museu, depois de ser criado em 1969, é finalmente inaugurado em setembro de 1970. Após a realização de uma viagem de estudos ao Parque Indígena do Xingu, a partir da qual foram sendo coletados os primeiros objetos que iriam compor o acervo etnográfico do Museu, a primeira “equipe” de pesquisadores do órgão foi se

configurando. Fez parte dessa viagem o então sertanista Acary de Passos Oliveira, que posteriormente seria encarregado de dirigir o Museu entre os anos de 1970 a 1982, e outros professores da UFG, entre eles Vivaldo Vieira da Silva, Antônio Theodoro da Silva Neiva e o Padre José Pereira de Maria, todos já falecidos. A princípio, esse espaço cultural foi proposto na UFG para estudar, documentar e salvaguardar a cultura material indígena da Região Centro-Oeste do Brasil.

Tal viagem e a proposta de criação de um museu pela UFG, teve cobertura da mídia regional, como fica expresso no seguinte recorte do *Correio Brasiliense* de 17 de setembro de 1969:

Figura 2: UFG cria Museu para estudar a vida do índio



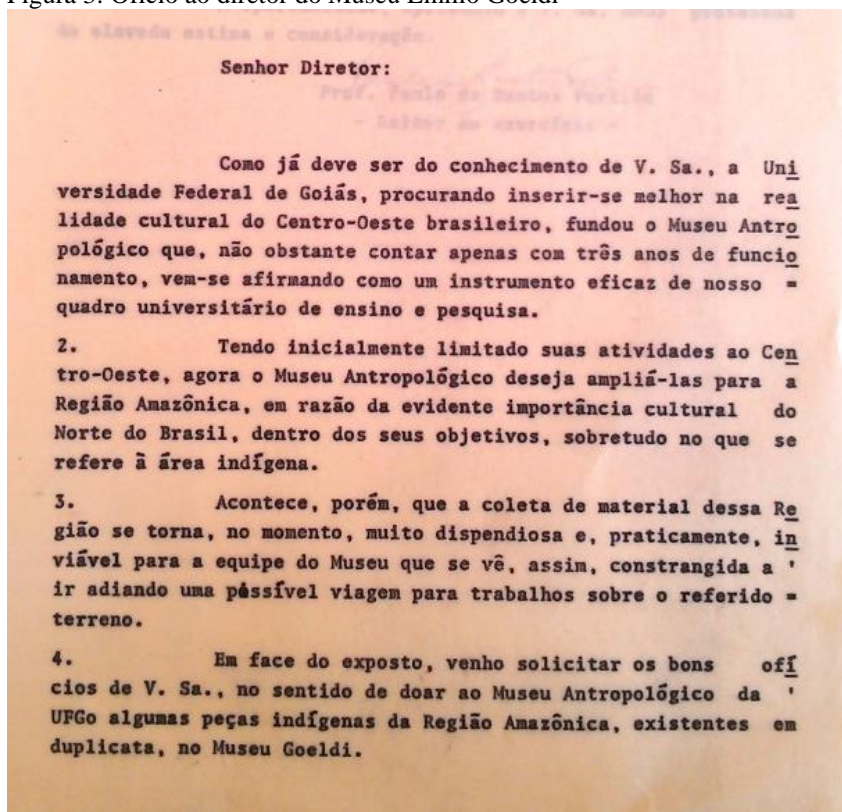
Fonte: Acervo Acary de Passos de Oliveira. Museu Antropológico, 2016.

Conforme a matéria, uma das finalidades no museu é “mostrar a cultura indígena regional”. Percebe-se em tal nota que a noção de cultura é remetida à materialidade. O mostrar a cultura é entendido como mostrar objetos adquiridos nas atividades de campo, enfatizando assim a ideia que já foi abordada anteriormente acerca do ideal salvacionista dos museus etnográficos. Nesse primeiro momento do museu,

pouco ou quase nada se fala acerca de aspectos da cultura imaterial bem como acerca das práticas ritualísticas. Outro ponto que vale destacar da matéria em questão, diz respeito aos convênios estabelecidos pelo MA ao longo de sua trajetória. Em seus primeiros anos de existência o MA estabeleceu boas relações não só com o Parque Indígena do Xingu, como também com outros museus mais antigos, como é o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

Quanto a tais parcerias, em Ofício encaminhado pelo então reitor da UFG, Paulo de Bastos Perillo, ao diretor do Museu Goeldi; aquele pede ao Museu Paraense que, se possível for, envie ao MA duplicatas de artefatos que representem as culturas indígenas do norte do país.

Figura 3: Ofício ao diretor do Museu Emílio Goeldi



Senhor Diretor:

Como já deve ser do conhecimento de V. Sa., a Unversidade Federal de Goiás, procurando inserir-se melhor na rea-lidade cultural do Centro-Oeste brasileiro, fundou o Museu Antro-pológico que, não obstante contar apenas com três anos de funcio-namento, vem-se afirmando como um instrumento eficaz de nosso = quadro universitário de ensino e pesquisa.

2. Tendo inicialmente limitado suas atividades ao Cen-tro-Oeste, agora o Museu Antropológico deseja ampliá-las para a Região Amazônica, em razão da evidente importância cultural do Norte do Brasil, dentro dos seus objetivos, sobretudo no que se refere à área indígena.

3. Acontece, porém, que a coleta de material dessa Re-gião se torna, no momento, muito dispendiosa e, praticamente, in-viável para a equipe do Museu que se vê, assim, constrangida a ' ir adiando uma possível viagem para trabalhos sobre o referido = terreno.

4. Em face do exposto, venho solicitar os bons ofi-cios de V. Sa., no sentido de doar ao Museu Antropológico da ' UFGO algumas peças indígenas da Região Amazônica, existentes em duplicata, no Museu Goeldi.

Fonte: Acervo Acary de Passos de Oliveira. Museu Antropológico, 2016.

O objetivo do MA, segundo consta no documento, é se “inserir melhor na realidade cultural do centro-oeste brasileiro”, além de estender sua área de pesquisa para a região norte. Com tão pouco de tempo de criação, o MA foi buscando meios de dialogar com a Antropologia institucional que já era praticada no país desde os fins do

XIX. Nesse sentido, as duas instituições citadas linhas acima, MPEG e MAE-USP, foram importantes interlocutores que o MA teve em sua caminhada.

Ainda sobre a criação do MA, no registro feito pelo jornal *O Popular*, em 11 de outubro de 1969, a notícia da criação do Museu e da primeira viagem é mais consistente. Na matéria já está esboçado os princípios norteadores do MA/UFG, que na ocasião fora tratado como Museu do Índio. Devido ao minúsculo tamanho da fonte usada no jornal, transcrevo uma parte que se destaca. Assim diz o texto:

TRABALHO DE COLETA

O diretor do Museu do Índio, disse acreditar que o material relativo às tribos do Xingu poderá ser coletado durante os próximos meses, devendo ser iniciado, a partir de janeiro, o trabalho de visitas a outras aldeias, dando-se preferência àquelas que se localizam às margens dos rios Araguaia e Tocantins e seus afluentes.

O MUSEU

O Museu Antropológico do Instituto de Ciências Humanas e Letras, conforme a denominação oficial, foi criado pela Universidade Federal de Goiás, com a finalidade básica de preservar a cultura indígena através da conservação de seu artesanato, que está desaparecendo, devido a contato com a civilização; documentar outros dados da vida indígena, tais como a língua, as lendas, os ritmos e os costumes, bem como a documentação da Antropologia de modo geral.

Do trecho em destaque pontuo três informações interessantes: a primeira delas diz respeito especificamente à primeira expedição de coleta de material, dando indícios do “mito de origem” do Museu, a saber, o Parque Indígena do Xingú (P.I.X). É a partir de peças que foram doadas por Orlando Villas Boas que o MA/UFG constitui sua primeira coleção, em 1969. Na ocasião foram doadas painéis cerâmicos do povo Waurá. O segundo ponto diz respeito aos locais onde foram feitos os primeiros trabalhos de campo para coleta de material que iria compor o acervo do Museu. Nota-se, na matéria, que a preferência pelas buscas se dá entre as aldeias que estão no Xingu e aquelas que estão às margens do Araguaia. Para quem pesquisa o povo Karajá, evidente está que os mesmos seriam constantemente acessados, devido às facilidades geográficas. Por fim, destaco a finalidade para a qual o Museu foi criado. Dentre as várias finalidades trazidas na matéria, uma ganha especial destaque, qual seja, a que diz respeito à documentação da Antropologia.

Para a antropóloga e ex-diretora do MA/UFG Nei Clara de Lima,

como outros museus etnográficos brasileiros, o Museu Antropológico da UFG foi fundado num contexto ideológico em que se acreditava que os processos de industrialização e urbanização em curso no país viriam provocar mudanças de tal monta que fariam desaparecer os modos de vida de vários grupos populacionais distanciados daqueles processos. Era, portanto, necessário e urgente resgatar e registrar aquilo que os intelectuais de várias filiações imaginavam estar em vias de extinção, especialmente as expressões culturais indígenas, como artefatos, mitos, rituais, cantos e danças. [...] Assim, a Antropologia dos tempos pioneiros do Museu Antropológico em suas relações com os povos indígenas, por força das idéias dominantes na época - mas também contribuindo para a sua disseminação - colaborou para a produção de uma alteridade atribuída aos indígenas que, entre outras coisas, considerava-os localizados no passado da região. Por sua vez, essa alteridade era útil à constituição de uma nova identidade regional que vinha com os novos arranjos da sociedade que se urbanizava. A modernização chegava para civilizar todos os quadrantes atrasados do país, no nosso caso, especialmente pelos caminhos que a Universidade abria ao projeto modernizante brasileiro. (LIMA, 2012, p.73 e 74)

Interessante notar que nos primórdios do Museu Antropológico está a tônica de uma Antropologia de viés culturalista. A perspectiva de ter que coletar material etnográfico com vistas ao “salvamento” de uma possível perda da cultura de povos tradicionais dita a prática do colecionismo. Lima Filho, ao estudar acerca da trajetória do antropólogo norte-americano William Lipkind no Brasil, bem como sobre a constituição de uma coleção de objetos Karajá no Museu Nacional do Rio de Janeiro, fez a seguinte observação acerca da relação entre a Antropologia praticada pelo Museu Nacional e a corrente culturalista da Antropologia no que tange à constituição de acervos etnográficos:

de maneira particular, me interessou refletir ainda sobre as conexões algumas vezes presentes entre as coleções entesouradas nas reservas técnicas, uma certa obsessão expositiva colada ainda nos princípios boasianos do espetáculo e ancoradas por princípios redutor e monetário do olhar ocidental. (LIMA FILHO, 2015, p.10)

Nota-se que, para atender a uma demanda de “espetáculo”, as expedições feitas aos diferentes povos indígenas capitaneadas por instituições museais, tinham como princípio a coleta de diferentes artefatos com vistas a atender dois propósitos imediatos: formação de acervos e coleções, em primeiro lugar, e exposições que apresentassem esse material coletado ao grande público. Dando sustentação a essa prática – comum no Museu do Índio no Rio de Janeiro, comum no MA/UFG e comum a tantos outros museus que tinham como “política patrimonial” a salvaguarda de acervos etnográficos – está o discurso salvacionista e preservacionista dos povos em extinção. É

imbuído desse discurso, salvacionista, que se estrutura as primeiras expedições que o MA/UFG fez junto aos povos do Xingu e junto aos povos do Araguaia.

Corroborando com as informações veiculadas no jornal *O Popular*, do dia 11 de outubro de 1969, a professora Lena Castello Branco, em entrevista publicada na revista *Série Documentos* n.º 5, do Museu Antropológico – publicada em 2011, dentro das comemorações de 40 anos do MA - assim disse quando perguntada sobre os primeiros anos da instituição:

a ideia começou a tomar corpo e surgiu o problema da aquisição de peças. Então nessa primeira viagem foram feitos contatos com grupos representativos da cultura indígena e selecionadas algumas peças. (SÉRIE DOCUMENTOS N° 5, 2011, p. 97)

Aqui se dá o início do Museu enquanto uma instituição “comprometida” com as questões indígenas. Num primeiro momento, esse compromisso se passa pela aquisição e preservação da cultura material. Posteriormente, na medida em que o Museu se torna um espaço de pesquisa multidisciplinar, esse comprometimento se expande e começa então a ter pesquisas com línguas indígenas, projetos voltados para a educação intercultural e pesquisas sobre a cultura popular da vida no campo. Nos últimos anos o MA/UFG tem cada vez mais desenvolvido projetos que estejam ligados à cultura imaterial bem como com atividades que são marcadas pela interlocução com os povos indígenas do Centro-Oeste, em especial com o povo Karajá.

As aspas que limitam a palavra comprometida são propositais, uma vez que o comprometimento dos anos setenta não pode ser compreendido com a mesma carga semântica-dialógica que a palavra tem hoje. Tal afirmação se pauta principalmente devido aos modos como eram feitas as “coletas” de material para a constituição de acervo. Se boa parte dos objetos que compõem o acervo do Museu Antropológico foi fruto de doação de acervo particular, outra parte foi constituída através de compras, trocas e “coletas”. Eis aqui a problemática que envolve não somente o MA/UFG, mas uma quantidade razoável de museus etnográficos ao redor do mundo.

Em quais condições e sob quais pretextos tais “coletas” foram feitas? Houve por parte dos pesquisadores envolvidos um diálogo com as comunidades de onde se coletava tais objetos? As comunidades foram comunicadas de que tinham objetos que lhes pertenciam e que agora fazem parte de uma coleção em um museu? Estariam hoje os museus etnográficos abertos e disponíveis para receber em suas reservas os

“doadores” de seus acervos? As questões que pontuei são muito mais uma auto provocação, enquanto profissional que atua em museu, do que dúvidas reais. Sei da complexidade e da profundidade que a temática demanda ao ser abordada. Por ora deixo os questionamentos para serem desenvolvidos numa outra reflexão.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento*. – Porto Alegre: Medianiz, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

LIMA, Nei Clara de. *O museu Antropológico da UFG e a interlocução com povos indígenas*. In.: *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades / Coordenação Marília Xavier Cury, Camilo de Mello Vasconcellos, Joana Montero Ortiz. -- Brodowski : ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012.* p. 71-77.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *William Lipkind e as trilhas de uma coleção Karajá: Memória, Atores e Agência*. No prelo. 2015.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares de memória*. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduado em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 10. - São Paulo: PUC, 1993. p. 7-28.

SCHWARZ, Lilia K. *O espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

_____. *A “Era dos Museus de Etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do século XIX*. In: *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte/ Brasília: Argumentum/CNPq, 2005.

ROSATO, Márcia Cristina. *Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE - UFPR)*. In.: *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades / Coordenação Marília Xavier Cury, Camilo de Mello Vasconcellos, Joana Montero Ortiz. -- Brodowski : ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012.* p.61-70.

SÉRIE DOCUMENTOS DO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG. Goiânia, nº 5. 2011. p. 95-102.